

LEI Nº14.605, 05 de janeiro de 2010

DISPÕE SOBRE O FUNDO DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO – FERMOJU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I
DO FERMOJU, DA FINALIDADE E DAS RECEITAS**

**Seção I
Do FERMOJU**

Art.1º O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, instituído pela Lei nº11.891, de 20 de dezembro de 1991, passa a reger-se pelas disposições estabelecidas por esta Lei.

**Seção II
Da finalidade**

Art. 2º O FERMOJU tem por finalidade suprir o Poder Judiciário de recursos para fazer face às despesas com:

I – a elaboração e execução de planos, programas e projetos para o desenvolvimento e a descentralização dos serviços judiciários previstos no §3º do art.4º da Constituição Estadual;

II – a implantação de moderna tecnologia de controle da tramitação dos feitos judiciais, notadamente com uso de informática, microfilmagem e reprografia, visando a obtenção de maior celeridade, eficiência e segurança dos procedimentos judiciais;

III – ampliação de instalações, com aquisição de equipamentos e mobiliário, e reformas de prédios, ressuprimento de materiais permanentes específicos e eventuais contratações de serviços de manutenção e reparos;

IV – implementação dos serviços de informatização da Justiça de primeiro grau;

V – produção, veiculação e divulgação de matérias oficiais de interesse do Poder Judiciário;

VI – aquisição de livros e publicações de técnicas necessárias à execução dos serviços jurisdicionais;

VII – aporte de recursos financeiros para subsidiar os Cartórios de Registro Civil na prestação gratuita dos serviços indicados na Lei Federal nº9.534, de 10 de dezembro de 1997;

VIII – demais itens de despesas classificados como outras despesas correntes relativas à manutenção e ao funcionamento das atividades meio e fim do Poder Judiciário.

Paragrafo único. Não serão admitidas, por conta do FERMOJU, o pagamento de despesas de custeio previstas na folha normal de pessoal.

Seção III
Das receitas e dos Acréscimos Moratórios
Subseção I
Das receitas
Art.3º Constituem receitas do FERMOJU:

I - 100% (cem por cento) da arrecadação da taxa judiciaria devida nos termos do art.68 e §1º da Lei nº9.771, de 6 de novembro de 1973;

II – 5% (cinco por cento) das receitas de custas judiciais dos cartórios do foro judicial, não se aplicando o disposto neste item aos de Assistência Judicial;

III - 5% (cinco por cento) dos emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos;

IV – taxas de realização de cursos, seminários, conferências e outros eventos promovidos pela Escola Superior da Magistratura;

V – taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário;

VI – saldos de exercícios financeiros anteriores;

VII – créditos consignados no orçamento do Estado e em leis especiais;

VIII – o produto da renumeração oriunda de aplicações financeiras;

IX – subvenções, doações e auxílios oriunda de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, aceitos por Resolução do Tribunal Pleno e afetos aos fins do FERMOJU;

X – outras receitas eventuais, inclusive provenientes da alienação de bens patrimoniais afetos do Poder Judiciário.

Paragrafo único. Alem das receitas enumeradas neste artigo, serão creditadas e recolhidas ao FERMOJU:

I - as fianças e cauções exigidas nos processos cíveis, em trâmite na Justiça Estadual;

II – as multas aplicadas pelos juizes nos processos cíveis;

III – o produto da venda, com exclusividade, dos Selos de Autenticidade a que se refere o art.8º desta Lei.

Art.4º Os recursos pertencentes ao FERMOJU serão depositados em conta especifica e sua movimentação far-se-á por ordem de pagamento, cheque nominativo ou outra forma, pelo Secretário de Finanças.

Parágrafo único. O Tribunal de Justiça abrirá conta em nome do FERMOJU para o recolhimento e movimentação dos recursos financeiros provenientes do produto da venda dos Selos de Autenticidade e instruirá código próprio para as referidas receitas.

Subseção II Das Multas e Dos Acréscimos Moratórios

Art.5º O pagamento de quaisquer valores devidos ao FERMOJU fora dos prazos legais sujeita o devedor à penalidade pecuniária de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), juros de mora equivalentes ao percentual de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês e atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA-e) apurado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. Os juros a que se refere o caput deste artigo incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente aquele no qual os valores deveriam ser recolhidos.

Art. 6 O inadimplemento das obrigações acessórias relativas ao fornecimento de informações sobre a movimentação dos cartórios sujeita o infrator à multa equivalente a 5% (cinco por cento) do faturamento respectivo por mês informado.

CAPÍTULO II DOS ATOS NOTARIAIS GRATUITOS E DOS SELOS DE AUTENTICIDADE

Seção I Dos Atos Notariais Gratuitos

Art.7º Os cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Ceará realizarão, gratuitamente, na forma da legislação federal, os atos de registro civil de nascimento e óbito, bem como a emissão de primeira certidão respectiva.

Parágrafo único. Aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, é igualmente assegurada a isenção do pagamento das segundas vias dos registros de nascimento, de óbitos, do casamento civil, das averbações e outras gratuidades que venham a ser previstas em lei ou determinadas por ordem judicial.

Seção II Dos Selos de Autenticidade Extrajudicial

Art.8º Os Selos de Autenticidade Extrajudicial previsto no anexo único desta Lei serão aplicados na prestação de serviços notarias, registrais e de distribuição extrajudicial de acordo com critérios a serem estabelecidos por Portaria do Chefe do Poder Judiciário.

§1º O pagamento dos Selos de Autenticidade, a que se refere o caput deste artigo, adquiridos junto ao FERMOJU, será efetuado nos prazos e forma fixados pelo Chefe do Poder Judiciário, tendo por base os selos utilizados no período, observado o prazo de até 10 (dez) dias após a utilização.

§2º O preço dos Selos de Autenticidade será reajustado sempre que houver alteração do valor dos emolumentos, obedecidos os mesmos índices, nos termos da Lei.

§3º Fica assegurado aos cartórios do interior e da capital o estoque mínimo de 30% (trinta por cento) da média de uso semestral do Selo de Autenticidade tipo 7 previsto no anexo único desta Lei, a ser aplicada ao Selo de Autenticidade tipo 15 criado nesta Lei.

§4º No caso de demanda superior à média mensal, serão solicitados ao Tribunal de Justiça Os selos necessários a atender a demanda devidamente justificada, que será atendida no prazo máximo de 7 (sete) dias.

§5º Os cartórios que praticarem atos notariais nos quais sejam utilizados o Selo de Autenticidade a que se refere o caput deste artigo, relativos a imóveis situados fora do Município para o qual recebeu delegação, deverão, no prazo de 5 (cinco) dias uteis, comunicar tal ato ao Tribunal de Justiça com vistas ao cumprimento do disposto no art.9º da Lei Federal nº8.935, de 18 de novembro de 1994, se for o caso, solicitar mais selos.

§6º De posse das informações prestadas na forma prevista no §5º deste artigo o Tribunal de Justiça informará ao cartório de registro de imóveis responsável pela matrícula do imóvel, o ato praticado fora do Município.

§7º As escrituras lavradas na forma do §5º deste artigo deverão ser registradas pelo cartório de distribuição, no interior e na capital, antes de serem levadas ao cartório de registro de imóveis para os devidos registros ou anotações a que se destinam, utilizando-se o Selo 01.

Seção III Do Subsídio dos Atos Notariais Gratuitos

Art.9º Da receita mensal arrecadada, oriunda do produto da venda de Selos de Autenticidade, a que se refere o art.8º desta Lei, 85% (oitenta e cinco por cento) deverão, obrigatoriamente, ser destinados ao subsídio do atos gratuitos praticados pelos Cartórios de Registro Civil, devendo o restante ser empregado no custeio administrativo do Tribunal de Justiça.

§1º O montante de 20% (vinte por cento) dos recursos destinados ao pagamento do subsídio dos atos gratuitos será distribuído, igualmente, entre os Cartórios de Registro Civil do interior do Estado, devendo o restante ser rateado entre todos os Cartórios de Registro Civil, da capital e do interior, observadas as médias dos atos gratuitos apuradas pelo Tribunal de Justiça.

§2º Fica assegurado subsídio mensal correspondente ao valor de 1 (um) salário mínimo aos cartórios praticantes dos atos gratuitos a que alude o art.7º desta Lei, mesmo que os atos gratuitos praticados durante o mês não alcancem o referido valor.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.10. A administração do FERMOJU poderá desenvolver campanhas pedagógicas visando a incentivar a prática do registro de nascimento, bem como o ressarcimento de gratuidade de atos de Registro Civil que venham a ser instituídos por lei, além de outras matérias pertinentes.

Art.11. Os bens adquiridos com recursos do FERMOJU serão incorporados diretamente ao patrimônio do Poder Judiciário, por meio da Guia de Lançamento ou outro documento apropriado para tal finalidade.

Art.12. Aplica-se, no que couber, à administração financeira do FERMOJU o disposto na Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1974, no Código de Contabilidade do Estado e na legislação pertinente a contratos e licitações.

Art.13. O FERMOJU sujeita-se à fiscalização e ao controle do Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo de sistema de auditoria e controle interno que o Poder Judiciário estabelecer, na forma regimental.

Paragrafo único. O Tribunal de Justiça publicará trimestralmente, no Diário da Justiça e enviará à Assembleia Legislativa, até o dia 30 do mês subsequente, demonstrativo dos recursos arrecadados pelo FERMOJU e da sua aplicação.

Art.14. Na hipótese de os cartórios a que se refere esta Lei serem ao mesmo tempo devedor e credor do FERMOJU, será efetuada compensação entre débitos e créditos até o limite em que se compensem.

Art.15. Fica o Presidente do Tribunal de Justiça autorizado a baixar os atos necessários ao fiel cumprimento desta Lei.

Art.16. Ficam os Cartórios de Títulos de documentos obrigados a registrar e informar eletronicamente operações de venda e compra ou qualquer forma de transferência de propriedade de veículos ao órgão de trânsito do Estado do Ceará.

§1º O envio das informações a que alude o caput deverá ser efetuado por via digital, observados os mecanismos de segurança que assegurem o seu efetivo recebimento, sendo emitidos digitais de operações, o qual deverá ser aprovado pelo Detran/ce.

§2º O Tribunal de Justiça regulamentará o disposto neste artigo por Resolução.

§3º Os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos disponibilizarão às partes o recibo digital de operação a que alude este artigo.

Art.17. Os tabelionatos poderão pactuar livremente os seus emolumentos, observada a tabela do Tribunal de Justiça e a Lei Federal nº8.935, de 18 de novembro 1994.

Art.18. VETADO

Art.19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.20. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº11.891, de 20 de dezembro de 1991, 13.452, de 22 de abril de 2004 e 14.338, de 22 de abril de 2009, naquilo que contrariar.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de janeiro de 2010.

Domingos Gomes Aguiar Filho
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ EM EXERCÍCIO

ANEXO ÚNICO
A QUE SE REFERE O ART. 8º DA LEI Nº 14.605,
DE 05 DE JANEIRO DE 2010

SELO

- 1 REGISTRAL DISTRIBUIÇÃO
- 2 RECONHECIMENTO DE FIRMA
- 3 AUTENTICAÇÃO
- 4 CERTIDÃO/ 2º VIA TRASLADO
- 5 NOTARIAL I (PROTESTO DE TÍTULOS)
- 6 NOTARIAL II (PROCURAÇÕES E ESCRITURAS SEM VALOR)
- 7 NOTARIAL III (ESCRITURAS COM VALOR DECLARADO)
- 8 REGISTRAL CIVIL, NASCIMENTO E ÓBITO
- 9 2º VIAS DE NASCIMENTO OU ÓBITO E AVERBAÇÕES GRATUITAS
- 10 REGISTRAL CASAMENTO
- 11 REGISTRAL DE TÍTULOS, DOCUMENTO CIVIL E DE PESSOAS JURÍDICAS
- 12 REGISTRAL IMÓVEIS I (AVERBAÇÃO E REGISTO DE PACTO ANTINUPCIAL)
- 13 REGISTRAL IMÓVEIS II (OUTROS REGISTROS)
- 14 RECONHECIMENTO DE FIRMA – TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO
- 15 NOTARIAL IV – SELO ESPECIAL (ESCRITURA COM VALOR DECLARADO)